

DESCONSTRUÇÃO E DESFAZIMENTO DO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2018 A 2022

*Jorge Marcos Ramos*¹

 <http://orcid.org/0000-0003-3401-2715>

*Sérgio Marcus Nogueira Tavares*²

 <https://orcid.org/0000-0001-9641-6016>

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo identificar a desconstrução e o desfazimento na área da educação realizados pelo governo federal entre 2018 e 2022. Por meio da abordagem quali-quantitativa, utilizou-se a análise exploratória documental para avaliar e refletir sobre os cortes e contingenciamentos de recursos no orçamento da União para a educação pública, bem como sobre seus reflexos. O projeto neoliberal dirigido por um representante de extrema direita toma forma e contornos sem precedentes. Na educação, observa-se um retrocesso significativo, sendo necessário, no próximo quadriênio, que se inicie um processo de reconstrução para além das decisões tomadas no período examinado: é preciso retomar o respeito à democracia na direção da efetividade de uma política pública para a educação como direito de todos e dever do Estado.

Palavras-chave: Educação Pública; Investimento; Agenda Neoliberal.



¹ Doutor em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). São Paulo, Brasil. E-mail: educacao.amos@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Paulo, Brasil. E-mail: smntasp@hotmail.com

DECONSTRUCTION AND DISMANTLING OF BRAZIL'S PUBLIC EDUCATION BUDGET FROM 2018 TO 2022

Abstract: This research aims to identify the deconstruction and undoing in the education area carried out by the federal government between 2018 and 2022. Through the qualitative-quantitative approach, exploratory documentary analysis was used to assess and reflect on resource cuts and contingencies in the national budget for public education, as well as their consequences. The neoliberal project led by a far-right representative takes unprecedented shape and contours. In education, a significant setback has been observed, making it necessary, in the next four years, to begin a reconstruction process beyond the decisions taken in the studied period: it is necessary to resume respect for democracy in the direction of the effectiveness of for the education as a right for all and a duty of the State.

Keywords: Public Education; Investment; Neoliberal Agenda.

DECONSTRUCCIÓN Y DESMANTELAMIENTO DEL PRESUPUESTO DE EDUCACIÓN PÚBLICA EN BRASIL DE 2018 A 2022

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo identificar la deconstrucción y el desmantelamiento en el área de educación llevada a cabo por el gobierno federal entre 2018 y 2022. A través del enfoque cualitativo-cuantitativo, se utilizó el análisis documental exploratorio para evaluar y reflexionar sobre los recortes de recursos y las contingencias en el Presupuesto comunitario para la educación pública, así como sus consecuencias. El proyecto neoliberal liderado por un representante de extrema derecha adquiere una forma y unos contornos sin precedentes. En materia de educación, se ha observado un importante retroceso que hace necesario, en los próximos cuatro años, iniciar un proceso de reconstrucción más allá de las decisiones adoptadas en el período examinado: es necesario retomar el respeto de la democracia en el sentido de la eficacia de la educación. una política pública para la educación como un derecho de todos y un deber del Estado.

Palabras clave: Educación Publica; Inversión; Agenda Neoliberal.

Introdução

De acordo com o programa de governo de Jair Messias Bolsonaro, “O caminho da prosperidade” (2018), desde a Constituição Federal de 1988, fim do governo de José Sarney, até o governo de Michel Temer, passando por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (período de 30 anos), o país teria sido dominado pelo marxismo cultural³ e suas derivações, que se uniram às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira.

Em março de 2019, em um jantar na Embaixada do Brasil em Washington, o então presidente eleito resumiu o que seriam seus quatro anos no governo: “Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer” (Marin, 2019). A desconstrução já havia sido iniciada em janeiro daquele ano ao alcance da sua caneta, com atos infralegais que deflagraram reformas institucionais de amplo efeito, em especial na área de bem-estar social. A área da educação foi um dos alvos prioritários da “desconstrução”, para usar o termo escolhido pelo presidente, porque nela se camuflaram batalhas ideológicas.

Pautada pelo discurso de modernização e racionalização estatal (Dourado, 2002), a reforma do Estado visava ao cumprimento da agenda neoliberal imposta aos países em desenvolvimento por organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, inserindo-os no reordenamento global do capitalismo financeirizado (Reis, 2015).

Vale destacar, conforme Harvey (2008), que o sonho propagado pelo neoliberalismo na década de 1990 se esvaziou a partir da crise mundial de 2008, passando a emergir uma massa de descontentes que antes estava em ascensão e passa a perder renda,

³ De acordo com a professora Iná Camargo Costa, em seu livro *Dialética do Marxismo Cultural* (2020), o termo marxismo cultural deriva do bolchevismo cultural, que se popularizou durante a ascensão do nazismo na Alemanha para sufocar toda produção intelectual que não se colocasse a serviço de suas tendências políticas. Tal como é compreendido na atualidade, em especial no Brasil, teve origem nos Estados Unidos, na década de 1990. Para seus defensores ultraconservadores, o termo representa uma estratégia para que uma sociedade saia do capitalismo e chegue ao comunismo por meio de um plano para a dominação da ideologia marxista. Isso não aconteceria pelo uso da força e da revolução armada. A revolução cultural aconteceria por meio de mudanças gradativas na cultura da nação e pela implementação dos dogmas supostamente da esquerda nos indivíduos. Dessa forma, o comportamento, a mentalidade e a visão política da população seriam alterados, abrindo portas para que o comunismo fosse instaurado, por meio de pautas progressistas como a ideologia de gênero, a cultura do politicamente correto, a defesa dos direitos das minorias, a liberdade sexual e o multiculturalismo, bem como a destruição da família, a subversão aos princípios cristãos e a valorização da homossexualidade, entre outros valores considerados degenerados.

aposentadorias, propriedade privada e o próprio emprego diante de uma economia alicerçada no capitalismo financeiro, rentista, mas em ruínas (Harvey, 2008).

Essa nova configuração social canalizou parte do descontentamento pela globalização neoliberal ao abandono de determinados valores tradicionais, sendo atribuída principalmente ao Estado a culpa pela derrocada sob o argumento de que sua interferência na economia e na promoção de políticas sociais desestimula o trabalho, diminui a produtividade e enfraquece o papel da família, da igreja e da comunidade (Moll Neto, 2010).

Diante dessa situação, observa-se uma coalizão entre os ultraliberais e os neoconservadores, cimentando uma mentalidade ultraconservadora e favorecendo a união de diferentes tradições políticas, como o idealismo punitivo, o militarismo anticomunista, o absolutismo do livre mercado e os valores da direita cristã (Lacerda, 2019).

No Brasil, segundo Solano *et al.* (2018), no período pós-2016, vivenciamos uma articulação de extrema direita com três eixos principais: o primeiro é a ideologia ultraliberal, vinculada à proposta neoconservadora estadunidense, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade e prega a liberdade de escolha do indivíduo; o segundo é o fundamentalismo religioso, vinculado a uma agenda moral conservadora e à teologia da prosperidade; e o terceiro é o anticomunismo e a sua fusão com o reacionarismo moral. Salienta-se que essas três correntes não são estanques, já que por vezes se aproximam e se afastam, de acordo com determinados objetivos (Solano *et al.*, 2018).

Foi nesse cenário geral que as políticas públicas para a educação passaram a ser operacionalizadas no Brasil, não como resultado exclusivamente das intervenções internacionais, mais sim da congruência entre as suas deliberações e a agenda governamental nos diferentes momentos da nossa história.

Tal projeto de governo dispunha como horizonte político o aprofundamento da pauta de ação política conduzida pelo governo Temer (2016/2018), ao mesmo tempo que operava a continuidade, apresentando novidades pelo alargamento da violência contra os mais pobres em decorrência da sua política econômica de austeridade, bem como buscando constantemente silenciar a crítica por meio de informações falsas e negação da ciência.

De acordo com Dweck, Rossi e Oliveira (2020), as políticas econômicas ditaram os investimentos nas áreas sociais no governo Bolsonaro. O Ministério da Educação (MEC) regeu, para além das agendas ultraconservadoras, pelo mando da economia, uma asfixia dos programas essenciais.

A falta de atendimento às demandas apresentadas no período do citado governo no campo da educação e de direcionamento por meio do MEC, somada ao negacionismo em relação à ciência, fez com que nos aprofundássemos ainda mais nessa situação.

Nesse contexto, por meio da análise exploratória documental, esta pesquisa qualitativa visa avaliar e refletir sobre os cortes e contingenciamentos de recursos no orçamento da União para a educação pública no governo Bolsonaro, bem como sobre seus reflexos. Conforme Marconi e Lakatos (2010), esse tipo de pesquisa tem por propósito examinar documentos referentes ao tema objeto do estudo e, através de análise crítica, apresentar os dados relevantes.

A busca pelos documentos foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, *sites* da Câmara dos Deputados (Lei Orçamentária Anual), do MEC (Portal da Transparência), do Ministério da Economia (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) e do Senado Federal (Siga Brasil).

Vale destacar que não foi fácil acessar as informações governamentais nesses *sites*, visto que, diante da desconstrução e do desfazimento, o referido movimento atingiu a disponibilização de informações. Logo, a busca tornou-se um verdadeiro garimpo (termo corriqueiramente defendido e utilizado pelo mencionado governo no setor ambiental), o que demandou mais tempo e trabalho para encontrar as fontes. A coleta de dados nos documentos selecionados obedeceu a duas etapas: análise preliminar e análise propriamente dita. Na análise preliminar, realizou-se o estudo do contexto, dos autores, da autenticidade, da confiabilidade e da natureza do texto, bem como dos conceitos-chave e da lógica interna dos materiais previamente selecionados. Já a análise propriamente dita consistiu na obtenção de informações significativas que possibilitaram a elucidação do objeto de estudo, no seu mérito.

O objetivo é apresentar o cumprimento da promessa em relação à desconstrução e ao desfazimento na educação materializados pelos cortes orçamentários para a referida área, forma objetiva de implementar uma política pública totalmente contrária aos principais documentos aprovados pela República para a educação da sua gente, entre eles: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Contexto do orçamento público da União para a educação antes de 2019

Em sintonia com a política econômica de austeridade e contrarreformas em curso no país, o governo Bolsonaro (2018-2022) aprofundou o processo de reformas do Estado, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que teve continuidade nos governos Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2018).

Em particular, no final de 2014, a queda da arrecadação e a piora do resultado fiscal indicavam forte desaceleração da atividade econômica no Brasil. O comportamento da economia brasileira passou de desaceleração, ao longo do primeiro mandato de Dilma, para uma recessão a partir do primeiro ano do segundo mandato (Dweck; Teixeira, 2017).

Ao assumir a presidência, Michel Temer colocou em prática uma agenda política baseada no documento intitulado *Uma ponte para o futuro*, assinado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que visava à superação da crise do governo federal por esforço legislativo para recuperar a economia e o desenvolvimento do país, com o objetivo de alcançar um crescimento sustentado com taxa média entre 3,5% e 4%, o que corresponderia a um aumento anual de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (Chagas, 2015). O governo Temer decidiu intensificar a política de austeridade fiscal, já em curso desde o início do segundo mandato de Dilma (Antunes, 2020).

A pedido do então presidente Temer, o Banco Mundial (2017) elaborou o documento *Um ajuste justo*, para dar suporte às propostas de reformas no âmbito social. Entre as diversas recomendações extraídas desses materiais, destacam-se: a reforma do Estado; a reforma na previdência social; a implementação de reformas fiscais; a instalação de políticas relacionadas à privatização de empresas estatais; a redução orçamentária dos gastos públicos nacionais; o controle da inflação; a flexibilização dos contratos de trabalho; e os incentivos financeiros e fiscais ao setor privado. Todas essas medidas tinham como propósito promover a redução do Estado e conseqüentemente a economia de recursos para o pagamento da dívida externa.

Das ações aprovadas a partir de iniciativa do governo Temer, destaca-se a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), limitando as despesas públicas primárias aos mesmos valores do ano anterior, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) por um período de 20 anos, de 2017 a 2036 (Brasil, 2016b). E também o encaminhamento da contrarreforma da previdência social, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, considerada uma das grandes responsáveis pela crise fiscal (Brasil, 2016a). Aprovada no governo Bolsonaro,

essa PEC foi transformada na EC 103, em 12 de novembro de 2019, e altera as regras de cálculo para a aposentadoria, em que os trabalhadores terão que contribuir por mais tempo para terem o benefício assegurado.

Em 2017, o governo encaminhou o Projeto de Lei nº 38/2017, sancionado e instrumentalizado pela Lei nº 13.467, de 2017, que altera as leis trabalhistas e traz, entre outras mudanças: a possibilidade de acordos diretos com o trabalhador, dispensando a homologação dos sindicatos; o trabalho remoto ou em *home office*; e o trabalho intermitente, sem jornada fixa ou regular (Brasil, 2017).

Além das medidas mencionadas, outras foram encaminhadas já pelo governo Bolsonaro, entre elas: PEC 186/2019 (Emergencial), PEC 187/2019 (Revisão dos Fundos) e PEC 188/2019 (Pacto Federativo), denominadas de Plano Mais Brasil.

Segundo Araújo, Kato e Chaves (2020), o conjunto das PEC está fundamentado numa política de austeridade fiscal das mais profundas adotadas nos países capitalistas, afetando todos os setores do Estado brasileiro e alterando a distribuição dos recursos entre a União e os entes subnacionais.

As investidas na área da educação não tardaram a chegar, e o Banco Mundial (2017) passou a exercer forte influência sobre as políticas educacionais do Brasil, defendendo uma reforma que garantisse maior racionalidade e eficiência ao sistema educacional brasileiro, em particular ao Ensino Superior, que, na visão desse organismo internacional, utilizava de elevados recursos financeiros e atendia poucos alunos.

Na perspectiva reformista, o financiamento da educação pública adentra a mesma lógica aplicada à economia, ou seja, de racionalização de recursos orçamentários mediante cortes e contingenciamentos dos recursos discricionários. Como isso se deu é o que veremos a seguir.

Orçamento da União para a educação brasileira no período de 2016 a 2022

Como apresentado inicialmente, sucessivos governos implementaram ajustes fiscais e reformas que asseguraram o pagamento da dívida pública em detrimento da ampliação significativa dos recursos em políticas de caráter social e universal. Nessa esteira de raciocínio e medidas tomadas, o financiamento da educação, por exemplo, não foi considerado gasto social prioritário (Chaves; Reis; Guimarães, 2018).

Observa-se que a previsão orçamentária do MEC se manteve com variação para menos desde 2016 (Tabela 1), não sendo verificada correção sequer em relação à reposição da inflação, como preconizado pela EC 95/2016.

Essa estagnação impactará consideravelmente no desenvolvimento da educação, principalmente por não levar em conta o aumento da população em idade educacional e os demais desafios educacionais acumulados e presentes no país (Amaral, 2011).

Tabela 1 - Previsão orçamentária do MEC (2016-2022)

Ano	Orçamento previsto (bilhões – R\$)
2016	158,20
2017	140,84
2018	139,91
2019	149,74
2020	142,11
2021	145,70
2022	159,58

Fonte: Adaptado Brasil (2022c, 2022f).

Segundo Leher (2021), a incorporação da agenda neoliberal ganhou mais intensidade no governo Bolsonaro, não apenas com o objetivo exclusivo do viés econômico, mas também pelo aspecto ideológico. As iniciativas do então governo fizeram parte do teatro de operações de guerra contra a educação pública, gratuita e de qualidade, que a frente do MEC operacionalizou em sua agenda ideológica (Leher, 2021), defendendo severamente a desconstrução e o desfazimento do que fora construído ao longo de décadas na educação brasileira.

Na condução do sistema educacional, de 2018 a 2022, a gestão do MEC foi marcada pela falta de planejamento, pela descontinuidade de políticas relevantes, pela ausência e omissões perante os desafios brasileiros e pelo enfraquecimento institucional e de suas autarquias, deixando evidente que a prioridade nesse governo passou longe de ser a formulação e a implementação de políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade da educação (Reis, 2015).

Conforme Taffarel e Neves (2019), com o comando da extrema direita, ultraconservadora, fundamentalista religiosa, neoliberal, profascista, acientífica, a-histórica, acrítica, a partir da eleição de Bolsonaro, o MEC passou por diferentes comandos de 2019 a 2022: Ricardo Vélez Rodríguez (3 meses); Abraham Weintraub (1 ano

e 2 meses); Carlos Decotelli (não assumiu); Milton Ribeiro (1 ano e 8 meses) e Victor Godoy.

As mudanças ocorreram diante das ações desastrosas dos diferentes ministros, que em última análise refletiram as palavras de ordem “manda quem pode e obedece quem tem juízo” do então presidente da República. Isso ficou evidente numa entrevista do então ministro da Saúde, amplamente divulgada pela televisão, no pico da pandemia da covid-19, quando o governo discutia se compraria ou não vacinas. Em tom bem claro, o ministro, ao lado do presidente, deixava patente quem mandava. Se comprou as vacinas, foi a reboque do governador de São Paulo e por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os recursos destinados à educação em média, de 2019 a 2022 (Tabela 2), representaram 3,7% do Orçamento-Geral da União, enquanto a função encargos especiais, que representa o refinanciamento, as amortizações e os serviços da dívida interna e externa, representou um impacto de 38% (Brasil, 2022e).

Tabela 2 - Recurso autorizado e executado pelo MEC (2019-2022)

Ano	Autorizado (bilhões – R\$)	Executado (bilhões – R\$)	Gastos relacionados aos investimentos públicos (%)
2019	149,74	119,77	4,77
2020	142,11	114,25	3,45
2021	145,70	123,43	3,37
2022	159,58	115,82	3,25

Fonte: Portal da Transparência (Brasil, 2022c).

Segundo Ximenes e Linquist (2022), dos valores reservados para 2021, praticamente a metade adveio das emendas de relator, comumente chamadas de orçamento secreto, prática legislativa iniciada na gestão Bolsonaro e que representa um balcão de negócios cujos repasses ficam, na prática, a critério de acertos informais e não transparentes dos parlamentares com o relator-geral do orçamento.

Educação Básica

Os valores locados para a infraestrutura da Educação Básica, em relação às execuções de anos anteriores, foram os menores já realizados (Tabela 3). E isso não é porque o sistema educacional não apresenta problemas estruturais, mas sim porque faz

parte do projeto de desconstrução da educação pública do país. Importa destacar que, mesmo sendo os menores valores já destinados para a infraestrutura, estes não foram utilizados na sua totalidade, pois, no momento de liberação de recursos, novos contingenciamentos ocorreram.

Tabela 3 - Recursos do MEC destinados à infraestrutura da Educação Básica (2019-2022)

Ano	Autorizado (bilhões – R\$)	Executado (bilhões – R\$)	Valor utilizado (%)
2019	3.179,54	561,44	17,66
2020	1.270,26	565,06	44,48
2021	965,06	460,08	47,67

Fonte: Adaptado de Ximenes e Linquist (2022) e Portal da Transparência (Brasil, 2022c).

É pertinente registrar que, em 2022, 98,3% das ações destinadas ao apoio à infraestrutura da Educação Básica decorreram de emendas parlamentares, o que gera grande dependência do MEC de emendas parlamentares. Isso não apenas fragiliza as políticas educacionais do Ministério como também o torna mais suscetível ao clientelismo político e à falta de transparência no uso desse orçamento secreto (Ximenes; Lindquist, 2022).

Segundo análise do Instituto de Estudos Socioeconômicos (2021), em 2012, a Educação Básica foi contemplada com R\$ 65,2 bilhões e foi perdendo em torno de R\$ 2 bilhões por ano até 2015. No entanto, a queda orçamentária começou a se acentuar em 2016, quando os recursos destinados às escolas reduziram para R\$ 43,7 bilhões.

Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos

Em relação aos recursos, a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tiveram os maiores cortes. Na Educação Infantil, a projeção foi de R\$ 5 bilhões para 2023, uma redução de 96% em relação a 2021, e na EJA, a previsão foi de R\$ 16,8 bilhões para 2023, com redução de 56% em relação a 2021 (Brasil, 2022d).

Vale pontuar que em 2018 a Educação Infantil teve cerca de R\$ 207 milhões em recursos; para 2022, foram reservados em torno de R\$ 100 milhões. O mesmo ocorreu com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que juntos receberam em 2018 cerca de R\$ 7,5 bilhões; em 2022 esse valor ficou em torno de R\$ 6 bilhões (INESC, 2021).

Ensino Superior

Para o Ensino Superior, o corte/contingenciamento foi ainda mais drástico. A partir de 2015, as reduções se iniciaram, sendo intensificadas em 2016 com a EC 95/2016. No governo Bolsonaro, além da continuidade e do aprofundamento dos cortes/contingenciamentos, as universidades passaram a ser consideradas inimigas, o que serviu para justificar a retirada de recursos (Bielschowsky; Amaral, 2022).

Assim, é possível observar redução expressiva nos recursos destinados ao Ensino Superior, pois, além da diminuição dos valores autorizados, os executados foram ainda menores (Tabela 4). Dessa forma, o MEC revela, com ações efetivas, as suas reais intenções em relação ao desenvolvimento do Ensino Superior, no governo 2018-2022.

Tabela 4 - Recursos do MEC destinados ao Ensino Superior (2019-2022)

Ano	Autorizado (bilhões – R\$)	Executado (bilhões – R\$)	Valor executado (%)
2019	35,00	29,60	84,57
2020	36,16	28,36	78,42
2021	33,49	28,06	83,78
2022	35,58	25,01	70,29

Fonte: Portal da Transparência (Brasil, 2022c).

Em 2019, no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, a previsão orçamentária para as universidades federais despencou para R\$ 760 milhões, o que representava apenas 27,34% do que foi aplicado em 2010 (Amaral, 2019).

A imprevisibilidade orçamentária é recorrente diante das reduções. Para 2023, a previsão orçamentária foi de R\$ 17,1 bilhões para o Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, valor 9,7% menor do que o previsto inicialmente para 2022, que foi de R\$ 18,9 bilhões (Brasil, 2022d).

Além da redução dos recursos orçamentários, os avanços relacionados à desconstrução do Ensino Superior, segundo Sguissardi (2008), atingem outros setores, como por meio do Decreto nº 9.794/19, que diz respeito à análise do governo federal da nomeação para cargos de direção; pelo Decreto nº 9.754/19, que trata da extinção de cargos efetivos em áreas administrativas das universidades; pela previsão de contratação de profissionais pelo regime CLT; e pela complementação de renda com a venda de pesquisas

para o setor privado e implementação do Future-se, uma proposta de novo modelo de financiamento para o Ensino Superior, com interesses nitidamente empresariais.

Mesmo sem nenhum embasamento plausível, a equipe do MEC, com uma visão rudimentar, ignorou apontamentos científicos de respeitadas entidades nacionais e seguiu com suas ações desastrosas na condução do setor educacional brasileiro (Ramos; Tavares, 2021).

Para o Ministério da Ciência e Tecnologia, o orçamento para 2021 foi de R\$ 240 milhões, valor 14 vezes menor que o registrado em 2012 (R\$ 3,34 bilhões). Em 2022 o valor destinado ao mesmo Ministério foi de R\$ 720 milhões (Brasil, 2022a). Para o Ensino Superior, os valores foram reduzidos de R\$ 13 bilhões em 2018 para R\$ 8,2 bilhões em 2022 (Brasil, 2022a).

O programa Ciências sem Fronteiras, que chegou a oferecer 104 mil bolsas no exterior a um custo de R\$ 13,2 bilhões, foi sendo esvaziado a partir de 2017 e desde 2022 não existe mais (Escobar, 2021).

Cerca de 60 mil bolsas de R\$ 400,00 para a iniciação à docência para alunos de mestrado e doutorado, oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram canceladas no governo Bolsonaro. O aporte na CAPES ficou em torno de R\$ 8,11 milhões e no CNPq ficou com R\$ 540 milhões. O valor destinado ao CNPq chegou a R\$ 2,77 bilhões em 2013 (Escobar, 2021; Tanno *et al.*, 2018).

Conforme os estudos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020), com as diferentes ações diante das reduções orçamentárias, a educação pública perdeu quase 40% de seu orçamento nos últimos seis anos. Diante desse cenário, o Brasil só conseguirá desenvolver 15% das metas preconizadas pelo PNE em vigor.

Apesar de os recursos destinados para o MEC em 2022 terem sido elevados, não reverteram essa forte tendência de queda registrada nos últimos anos. Em 2022 o MEC recebeu apenas R\$ 3,45 bilhões para a educação em todo o país. Com isso, o Estado tem sido atuante na promoção da precarização e da privatização da educação pública (Freitas, 2018; INESC, 2021), portando-se, como bem definiu Aguilar (1994), como Estado desertor da educação.

Conforme o Projeto de Lei do Congresso Nacional 32/2022 (Brasil, 2022b), o teto de gastos impôs corte de R\$ 63 bilhões em despesas não obrigatórias de 2023 em relação a 2016. A proposta do governo federal para o orçamento da União de 2023 trouxe cortes de

quase 15% nas despesas e nos investimentos para a saúde, educação, assistência social e segurança pública, que têm sido os setores mais prejudicados.

O exercício da gestão da administração pública deve ser passado a limpo para um redirecionamento de prioridades, segundo os documentos republicanos que temos sobre a importância e prioridade à educação para todos como parte da construção da cidadania em nosso país.

Considerações finais

Há que se concordar que nunca um governo foi tão fiel à sua promessa de campanha. A desconstrução e o desfazimento do Brasil foram efetivados com sucesso, atingindo significativamente a área da educação.

Os anos de 2014 a 2022 demarcaram um período de crises econômica e social, de contrarreformas do Estado e de políticas de ajuste fiscal que impuseram diminuição de recursos para a educação pública em todos os níveis.

O aprofundamento do projeto neoliberal dirigido por um representante da direita ultraradical, que se declara adepto da barbárie e do obscurantismo, tomou forma e contornos sem nenhum receio no período de 2019 a 2022.

A gestão realizada nesse período acabou, mas seus retrocessos refletem um atraso significativo, sendo necessário que o próximo governo inicie o quanto antes um processo de reconstrução que deve ir para além de decisões pontuais, retomando o diálogo com a sociedade, o respeito à democracia, aos documentos e às políticas implementadas que fizeram avançar a educação brasileira. Novas políticas públicas urgem nessa direção, pois há muito o que fazer, desafios a serem enfrentados, assimetrias a serem vencidas. O Brasil tem pressa.

Referências

AGUILAR, Luis Enrique. *Estado desertor: Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992*. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/76711>. Acesso em: 2 set. 2022.

AMARAL, Nelson Cardoso. Las Universidades Federales en Brasil bajo ataque del gobierno Bolsonaro. *Propuesta educativa*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 52, p.

127-138, nov. 2019. Disponível em:

www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1995-77852019000200011. Acesso em: 15 out. 2022.

AMARAL, Nelson Cardoso. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO*, 3., 2008, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: UNICAMP: CEDES, 2011.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de; KATO, Fabíola Bouth Grello; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, p. 1-21, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271994543>. Acesso em: 10 set. 2022.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. [Washington]: BM, 2017. v. 1, Síntese. Disponível em:

<http://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; AMARAL, Nelson Cardoso. O custo do aluno das 2.537 instituições de educação superior brasileiras: cai um mito?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.243866>. Disponível em: www.scielo.br/j/es/a/3SxH5sZPhCxRKc5KBqyNZvd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei Orçamentária Anual para 2022*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022a. Disponível em: www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/2022. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32 de 2022 (PLOA 2023)*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Poder Executivo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022b. Disponível em: www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-

[orcamentarias/loa/2023/tramitacao/proposta-do-poder-executivo](#). Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Ministério da Educação. *Portal da Transparência*. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União: Ministério da Educação, 2022c. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos-superiores/26000?ano=2019>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 287, de 5 de dezembro de 2016*. Altera os artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016a. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. *Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023*. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2022d. Disponível em: www.gov.br/economia/pt-

[br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2023](https://www.camara.gov.br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2023). Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Sistema Siga Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2022e. Disponível em: www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira*. Ministério da Educação: despesas primárias pagas 2015-2021, impacto da EC nº 95/2016 (Teto de Gastos) e orçamento para 2022. Nota técnica 17/2022. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; CONOF, 2022f. Disponível em: www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2022/nt17_2022. Acesso em: 20 out. 2022.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Balanço do Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, 2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2020/materiais/BALANCO_14052020.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

CHAGAS, Paulo Victor. PMDB apresenta documento com propostas para retomada do crescimento. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 29 out. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/pmdb-critica-excessos-economicos-do-governo-e-aumento-de-impostos>. Acesso em: 10 set. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum: Education*, Maringá, v. 40, n. 1, p. 1-12, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>. Disponível em: www.redalyc.org/journal/3033/303357588005/303357588005.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

COSTA, Iná Camargo. *Dialética do Marxismo Cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>. Disponível em:

www.scielo.br/j/es/a/XyLXN7mtdPGgnScr5MgYbHK/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 out. 2022.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de (org.). *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos de austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 303, p. 1-43, jun. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/TD303.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ESCOBAR, Herton. Orçamento federal para 2022 mantém ciência brasileira em situação de penúria. *Jornal da USP*, São Paulo, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=478550>. Acesso em: 10 out. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (). *A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021*. Brasília, DF: INESC, 2021. Disponível em: www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, abr. 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.43851. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 5 set. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Denise Chrispim. 'Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita. *Veja*, [São Paulo], 18 mar. 2019. Seção Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MOLL NETO, Roberto. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22635>. Acesso em: 25 out. 2023.

O CAMINHO da prosperidade: proposta de plano de governo – Bolsonaro. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

RAMOS, Jorge Marcos; TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira. Financiamento da educação e o gasto por aluno: entre avanços e recuos. *Cadernos de Educação*, São Paulo, v. 20, n. 40, p. 61-82, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15603/1679-8104/ce.v20n40p61-82>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Luiz Fernando. *Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)*. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/14796. Acesso em: 20 jun. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Acesso em: 3 maio 2022.

SOLANO, Esther *et al.* *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. *Estudos IAT*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, set. 2019.

Disponível em:

<http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/153/201>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TANNO, Cláudio *et al.* *Projeções orçamentárias: cenários para 2019-2023 no contexto de tetos de gastos*. Estudo técnico 25/2018. Brasília, DF: CONOF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018/et-25-2018-projecoes-orcamentarias-cenarios-para-2019-2023-no-contexto-de-tetos-de-gastos. Acesso em: 25 out. 2022.

XIMENES, Daniel; LINDQUIST, Carolina. Como o orçamento revela o desprestígio da educação no governo Bolsonaro. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL. Desmonte de políticas públicas no Brasil: contribuições técnicas para o debate*. Brasília, DF: ANESP, 2022. p. 23-25. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/52a23eaae4b0a695ee3d229c/t/63518787b5ad2a3e6f9ddf7d/1666287525199/desmonte-2010.p>. Acesso em: 25 out. 2022

Recebido em: 30 de agosto de 2023

Aceite em: 18 de outubro de 2023